



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Direito

Chiara Antonia Spadaccini de Teffé

Dados pessoais sensíveis:

uma análise funcional da categoria e das hipóteses de tratamento

Rio de Janeiro

2022

Chiara Antonia Spadaccini de Teffé

Dados pessoais sensíveis: uma análise funcional da categoria e das hipóteses de tratamento

Tese de doutorado apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Direito, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Pensamento Jurídico e Relações Sociais. Linha de Pesquisa: Direito Civil.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Tepedino

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CCS/C

T259 Teffé, Chiara Antonia Spadaccini de.

Dados pessoais sensíveis: uma análise funcional da categoria e das hipóteses de tratamento/ Chiara Antonia Spadaccini de Teffé. - 2022.
310 f.

Orientadora: Prof. Dr. Gustavo Tepedino..

Tese (Doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Faculdade de Direito.

1. Proteção de dados - Teses. 2. Brasil. [Lei geral de proteção de dados pessoais (2018)] – Teses. 3. Segurança – Teses. I. Tepedino, Gustavo. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Direito. III. Título.

CDU 343.45

Bibliotecária: Marcela Rodrigues de Souza CRB7/5906

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Chiara Antonia Spadaccini de Teffé

Dados pessoais sensíveis: uma análise funcional da categoria e das hipóteses de tratamento

Tese de doutorado apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Direito, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Pensamento Jurídico e Relações Sociais. Linha de Pesquisa: Direito Civil.

Aprovada em 25 de março de 2022

Banca examinadora:

Prof. Dr. Gustavo Tepedino (Orientador)

Faculdade de Direito - UERJ

Prof.^a Dr.^a Milena Donato Oliva

Faculdade de Direito - UERJ

Prof. Dr. Carlos Affonso Pereira de Souza

Faculdade de Direito - UERJ

Prof. Dr. Sérgio Vieira Branco Júnior

Grupo Ibmec Educacional S/A

Prof.^a Dr.^a Caitlin Sampaio Mulholland

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2022

Para Susana e Maria de Lourdes.

AGRADECIMENTOS

Para a conclusão da presente tese, algumas pessoas foram imprescindíveis e marcaram profundamente a minha trajetória acadêmica, profissional e pessoal. De 2017 para cá, construí laços, relações e amizades que foram fundamentais tanto para o meu desenvolvimento enquanto pesquisadora de Direito Civil e de Direito Digital quanto para a elaboração de minha tese de doutorado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador, Professor Gustavo Tepedino, por todo o apoio que sempre ofereceu, pela confiança que depositou em mim quando aceitou me orientar e pelas excelentes aulas e lições ministradas desde a época de mestrado. Sua dedicação à docência e profissionalismo são valores que busco replicar e levar comigo. Deixo, aqui, o meu mais sincero agradecimento e destaco minha grande admiração pelo professor Tepedino.

Ao Professor Carlos Affonso Souza, agradeço pelas grandes lições sobre Direito, Tecnologia e Regulação da rede, pela disponibilidade para discutir os temas abordados nesta tese e pelas valiosas trocas profissionais. Muito obrigada por ter acompanhado toda a minha trajetória na UERJ e por fazer parte de minha banca de doutorado.

À Professora Milena Donato Oliva, agradeço pelos preciosos ensinamentos jurídicos, pelas palavras sempre gentis e amáveis, pelas oportunidades que me ofereceu e, também, por aceitar o convite de compor a banca examinadora desta tese. Sua excelência e didática são muito significativas na vida de seus alunos.

Agradeço igualmente ao Professor Sérgio Branco por todos os valiosos conselhos e trocas, pelas oportunidades que sempre me ofereceu e por aceitar o convite para compor a presente banca. Sua dedicação ao ensino, suas intervenções precisas e organização são uma fonte de inspiração para mim.

À Professora Caitlin Mulholland, agradeço as importantes orientações, o acolhimento sempre afetuoso e a disponibilidade para sempre debater relevantes questões sobre a LGPD. Sua pesquisa sobre dados sensíveis e gênero é uma referência. Obrigada por fazer parte deste momento tão especial de avaliação da tese.

Pela convivência e pelos sólidos ensinamentos, agradeço aos Professores Maria Celina Bodin de Moraes, Anderson Schreiber, Heloisa Helena Barboza e Carlos Konder.

À doutoranda Fernanda Paes Leme Rito, agradeço pela amizade, por todo o apoio e pelo incentivo em continuar os estudos. Pelas trocas acadêmicas e ricas discussões jurídicas, agradeço com todo o meu coração Gabriel Schulman, André Andrade, Vitor Almeida, Elora Fernandes, Maria Regina Rigolon Korkmaz, Priscilla Silva, José Faleiros, Flavia Zangerolame, Christian Perrone e Vanessa Vargas.

Pelo estímulo em estudar cada vez mais e por terem me permitido confirmar o ideal de prosseguir na vida acadêmica, agradeço aos meus queridos alunos de graduação e de pós-graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio (ITS Rio), da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC Rio) e da Faculdade de Direito do IBMEC. Agradeço também ao ITS Rio pelas inúmeras oportunidades e pelo apoio nos estudos nos últimos anos.

Agradeço o apoio incondicional dos meus amigos queridos Felipe Miranda, Paula Morgado, Tamara Porto, Tiago Rodrigues, Ana Carolina Gouveia e Rafael Magnanini. Ter laços e suporte foi fundamental nesta caminhada.

Por fim, agradeço a minha amada mãe por todo carinho, afeto e paciência.

The processing of personal data should be designed to serve mankind.¹

¹ Considerando nº 4 do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados).

RESUMO

TEFFÉ, Chiara Antonia Spadaccini de. *Dados pessoais sensíveis: uma análise funcional da categoria e das hipóteses de tratamento*. 2022. 310 f. Tese (Doutorado em Direito Civil) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Conforme a sensibilidade da informação pessoal aumenta, maiores são as possibilidades de seu titular sofrer interferências indevidas em sua liberdade e tratamentos discriminatórios ilícitos ou abusivos. Diante disso, verificou-se a importância de se estabelecer uma categoria especial de informações: os dados sensíveis. O tratamento de dados de natureza sensível deverá ser mais restrito e encontrar garantias e proteções ampliadas. Na Lei Geral de Proteção de Dados, houve o estabelecimento de rol de bases legais específico para o processamento dessas informações e de tutelas direcionadas tanto técnicas quanto jurídicas. Na presente tese, foi realizado estudo com ênfase em uma análise funcional da referida categoria e das hipóteses para o seu tratamento na LGPD, por meio de pesquisa em doutrina, jurisprudência e legislação nacionais, bem como em referências europeias, especialmente quando voltadas ao Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados. Realizou-se, assim, estudo acerca da função da categoria dos dados sensíveis e de seus fundamentos, quais sejam, os princípios do livre desenvolvimento da personalidade e da não discriminação. Em seguida, discutiu-se a possibilidade de serem qualificados dados como altamente sensíveis, em razão, por exemplo, da hipervulnerabilidade de seus titulares e do conteúdo que guardam. As espécies de dados sensíveis foram também analisadas, dentro de uma abordagem dinâmica e contextual. Após, a disciplina normativa aplicável para o tratamento de dados sensíveis foi desenvolvida, focando-se nas bases legais estabelecidas na LGPD. Por fim, foram apresentadas questões específicas relativas à segurança e boas práticas com dados sensíveis, como a aplicação do *privacy by design*, as hipóteses de desenvolvimento do relatório de impacto à proteção de dados pessoais e questões acerca do término e da conservação de tais dados.

Palavras-chave: Dados pessoais sensíveis. Livre desenvolvimento da personalidade.

Princípio da não discriminação. Tratamento de dados pessoais.

ABSTRACT

TEFFÉ, Chiara Antonia Spadaccini de. *Sensitive personal data: a functional analysis of the category and the requirements for its processing*. 2022. 310 p. Tese (Doutorado em Direito Civil) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

As the sensitivity of personal information increases, the possibilities of data subjects suffering undue interferences in their freedom and unlawful discrimination become greater. Taking this into account, it was necessary to establish a special category of information: Sensitive Personal Data. The processing of sensitive data should be more restricted, and bear increased guarantees and protections. In the Brazilian General Data Protection Law, the legislation established a list of the specific legal basis for the processing of sensitive personal data as well as technical and legal protections aimed at ensuring extended guarantees. In the present thesis, the study was carried out with an emphasis on a functional analysis of the referred category and the requirements for its processing in LGPD. To this end, there was an analysis of national doctrine, jurisprudence, and legislation, as well as European content, when especially focused on the General Data Protection Regulation. Thus, a study was carried out on the function of the category of sensitive data and its foundations, namely, the principles of free development of personality and non-discrimination. Then, the possibility of qualifying some data as highly sensitive was discussed, due, for example, to the hypervulnerability of their data subjects and the specific content they present. The types of sensitive data were also analyzed, within a dynamic and contextual approach. Afterward, normative discipline applicable to the processing of sensitive personal data was developed, focusing on the legal basis established in the LGPD. Finally, specific issues related to security and good practices with sensitive data were presented, such as the application of privacy by design, the hypotheses for developing data protection impact assessments, and questions about the termination and storage of such data.

Keywords: Sensitive personal data. Free development of personality. Principle of non-discrimination. Personal data processing.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	DADOS SENSÍVEIS: ESTUDO ACERCA DA FUNÇÃO DA CATEGORIA E DE SEUS FUNDAMENTOS	15
1.1	A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais: cenário tecnológico e estrutura do modelo brasileiro	15
1.2	A categoria especial dos dados sensíveis: tutela do livre desenvolvimento da personalidade e da não discriminação	33
1.2.1	<u>Dados sensíveis: análise crítica acerca de sua definição e qualificação</u>	47
1.2.1.1	A definição dos dados sensíveis no contexto do Regulamento Geral Europeu sobre a Proteção de Dados.....	66
1.3	Dados altamente sensíveis: uma possibilidade a se discutir	72
2	ESPÉCIES DE DADOS SENSÍVEIS: UMA DEFINIÇÃO DINÂMICA E CONTEXTUAL	82
2.1	O rol de dados sensíveis da LGPD: por uma tutela ampliada das informações pessoais	83
2.2	Estudo dos dados sensíveis no cenário jurídico brasileiro	88
2.2.1	<u>Dados pessoais sensíveis sobre origem étnica ou racial</u>	90
2.2.2	<u>Dados pessoais sensíveis acerca de crenças e filiações</u>	98
2.2.3	<u>Dados pessoais sensíveis corporais</u>	102
2.2.3.1	Dados referentes à saúde.....	105
2.2.3.1.1	Dados de saúde e a pandemia de COVID-19.....	119
2.2.3.2	Dados genéticos	123
2.2.3.3	Dados biométricos	128
2.2.4	<u>Dados referentes à vida sexual</u>	136
3	DISCIPLINA NORMATIVA APLICÁVEL PARA O TRATAMENTO DE DADOS SENSÍVEIS	148
3.1	Tratamento de dados pessoais: requisitos e características	148
3.2	Seleção da base legal mais adequada para o tratamento de dados	

	sensíveis	157
3.2.1	<u>Consentimento específico, destacado e para finalidades específicas</u>	167
3.2.2	<u>Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador</u>	180
3.2.3	<u>Tratamento compartilhado de dados necessários à execução, pela administração pública, de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos</u>	183
3.2.4	<u>Realização de estudos por órgão de pesquisa</u>	185
3.2.5	<u>Exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral</u>	188
3.2.6	<u>Proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro</u>	191
3.2.7	<u>Tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária</u>	191
3.2.8	<u>Garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular, nos processos de identificação e autenticação de cadastro em sistemas eletrônicos</u>	194
3.2.9	<u>Compartilhamento de dados sensíveis pelo setor privado</u>	197
3.2.10	<u>Tratamento de dados públicos sensíveis</u>	201
3.3	Tratamento de dados sensíveis de crianças e de adolescentes	206
4	SEGURANÇA E BOAS PRÁTICAS COM DADOS SENSÍVEIS	226
4.1	Cuidados específicos e boas práticas no tratamento de informações pessoais sensíveis	226
4.1.1	<u>Aplicação do Privacy by Design no tratamento de dados sensíveis</u>	231
4.1.2	<u>Hipóteses de desenvolvimento do relatório de impacto à proteção de dados pessoais</u>	238
4.2	Gestão de riscos e mitigação de incidentes de segurança	247
4.3	Término do tratamento de dados e conservação de dados sensíveis	254
	CONCLUSÃO	263
	REFERÊNCIAS	284

INTRODUÇÃO

Os dados contam histórias sobre nós: indivíduos, grupos e sociedades. Quanto mais dados pessoais são tratados e tecnologias sofisticadas empregadas, mais perfis são criados e análises e predições realizadas. A partir de informações pessoais é possível conhecer hábitos, comportamentos, gostos, preferências, ascendência, estado de saúde e crenças de uma pessoa natural. Ao longo do tempo, a qualidade e a precisão das análises vêm sendo aperfeiçoadas, havendo, inclusive, a utilização de complexas estruturas de inteligência artificial por agentes públicos e privados.

Na era da informação, o corpo não se resume ao aspecto físico e materialmente visível, mas abrange também o conjunto de dados pessoais sobre o indivíduo, formando o que foi denominado por Stefano Rodotà² de “corpo eletrônico”. Ao desenvolver o referido conceito, o jurista italiano realçou a importância da proteção de dados pessoais para o exercício da cidadania e como instrumento contra a expansão do monitoramento estatal e o uso indiscriminado de dados por instituições de diversos segmentos.

Dados pessoais são continuamente tratados nas mais variadas relações, seja em compras em farmácias, na manutenção de perfis em mídias sociais, na abertura de contas em bancos ou por meio de ferramentas de vigilância e reconhecimento facial. Traços de cada um de nós restam armazenados em inúmeros bancos de dados, onde nossa identidade é dissecada e desmembrada, onde aparecemos ora como consumidores, ora como eleitores, devedores, trabalhadores ou usuários de serviços.³

Daniel Solove⁴ aponta que as pessoas costumam afirmar que valorizam a privacidade, porém as próprias, por vezes, fornecem informações pessoais, inclusive sensíveis, para obterem pequenos descontos, benefícios e facilidades em bens e serviços. Os indivíduos expressam preocupação com a privacidade e a proteção de

² Cf. RODOTÀ, Stefano. *A vida na sociedade da vigilância – a privacidade hoje*. Coord. Maria Celina Bodin de Moraes. Trad. Danilo Doneda e Luciana Cabral Doneda. Rio de Janeiro: Renovar, 2008. CLERICI, Giovanna Bianchi. *Corpo elettronico e tecnologie informatiche*. Roma, 30 de janeiro de 2018. Disponível em: <<https://www.garanteprivacy.it/documents/10160/0/Convegno+Uomini+e+Macchine+-+Intervento+di+Giovanna+Bianchi+Clerici.pdf/5156d23d-7a35-45fb-9b8d-f803a10426b3?version=1.0>> Acesso em: 02.02.21.

³ RODOTÀ, Stefano. *Salviamo il corpo*. Trecho de discurso proferido em conferência sobre "Transformações do corpo e dignidade da pessoa", Roma, 04 de maio de 2005. Disponível em: <<https://www.privacy.it/archivio/rodo20050504.html>> Acesso em: 02.02.21

⁴ SOLOVE, Daniel J. The Myth of the Privacy Paradox. *George Washington Law Review* 1, 89, jan. 2021. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=3536265>> Acesso em: 02.02.21.

dados, mas algumas vezes falham em tomar medidas simples e não custosas para protegê-las. Esse fenômeno, segundo o autor, é conhecido como o “paradoxo da privacidade” e impacta profundamente a tutela dos dados pessoais. Em atividades do cotidiano, muitas vezes, ocorre o fornecimento voluntário ou a pedido de terceiros de informações pessoais, sem que um efetivo questionamento sobre o porquê da solicitação, a finalidade do tratamento e a política de tratamento desenvolvida seja realizado.

Conforme o grau de sensibilidade da informação aumenta, maiores são as possibilidades de seu titular sofrer interferências indevidas em sua liberdade e tratamentos discriminatórios ilícitos ou abusivos. Por tal razão, além da criação de uma categoria especial para tutelar determinadas informações pessoais – os dados sensíveis – , mostrou-se necessário regular de forma mais restrita seu tratamento e instituir instrumentos amplos para a sua proteção.

Nesse sentido, no capítulo 1 da presente tese, busca-se realizar uma análise profunda da categoria dos dados sensíveis, levando em conta sua relevância, dinamicidade e função, bem como compreender seus fundamentos. Para tanto, em primeiro lugar, será analisada a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e os cenários social e tecnológico que promoveram a sua criação e desenvolvimento. Em seguida, passa-se para os principais fundamentos para a elaboração de uma categoria especial de dados pessoais: o livre desenvolvimento da personalidade e o princípio da não discriminação. Após esse estudo, chega-se à definição, à qualificação e aos contornos dos dados sensíveis, havendo a análise de tais informações tanto no contexto brasileiro quanto no europeu. No final do capítulo, é desenvolvida proposta de proteção ainda mais ampliada para determinados dados sensíveis, levando-se em conta questões como características e vulnerabilidades de seus titulares, conteúdo envolvido e possibilidades de discriminação.

No capítulo 2, busca-se desenvolver contribuição acerca das diversas espécies de dados pessoais considerados sensíveis, analisando-se seus conceitos, conteúdos e quais informações tutelam. Em alguns casos, entender quais dados são, de fato, sensíveis pode ser uma atividade complexa e depender de questões bastante específicas acerca do tratamento realizado e da finalidade dos agentes. Análise essa que se alinha com o primeiro tema abordado no capítulo: a natureza do rol dos dados sensíveis, se

exemplificativo ou taxativo. Em seguida, passa-se para a análise crítica das espécies de dados sensíveis positivadas no Art. 5º, inciso II, da LGPD, quais sejam: dados pessoais sensíveis sobre origem étnica ou racial; dados pessoais sensíveis acerca de crenças e filiações; dados pessoais sensíveis corporais, que englobam dados genéticos, biométricos e referentes à saúde, havendo especial destaque para o tratamento dessas informações no cenário de pandemia de COVID-19; e dados referentes à vida sexual. Por fim, serão analisados dados potencialmente sensíveis, que não foram mencionados expressamente na LGPD como sensíveis, mas que por sua natureza e possibilidades de uso e inferências merecem especial atenção e salvaguardas ampliadas.

Após desenvolver a categoria dos dados sensíveis, realçar a sua importância para o livre desenvolvimento e expressão da pessoa humana e discutir o seu conteúdo, no capítulo 03 serão analisadas normas relativas ao tratamento dos dados pessoais sensíveis e às bases legais aplicáveis a eles. Para tanto, inicialmente, será realizado estudo acerca das hipóteses de tratamento de dados pessoais na LGPD e da estrutura de aplicação da referida lei. Em seguida, a atenção será dirigida ao Artigo 11 da LGPD, que traz o rol de bases legais para o tratamento de dados pessoais sensíveis. Posteriormente, será aprofundado estudo a respeito do tratamento de dados sensíveis de crianças e adolescentes, levando-se em consideração a sua especial condição de pessoa em desenvolvimento, que deve ser tutelada de forma integral e com base em seu melhor interesse.

No capítulo 04 da tese, busca-se finalizar o estudo funcional dos dados sensíveis, por meio da análise de questões relativas à segurança, aos cuidados específicos e às boas práticas no tratamento de tais informações. Será oferecida especial ênfase à lógica do *privacy by design* em todo o ciclo de tratamento de dados e ao relatório de impacto à proteção de dados pessoais, documento relevante, e por vezes fundamental, em determinados tratamentos realizados por sujeitos públicos e privados que envolverem dados sensíveis. No tema da gestão de riscos, serão abordadas algumas questões de ordem técnica – ainda que a presente tese se proponha a ser um texto integralmente jurídico –, diante da compreensão de que a temática necessita de uma aplicação de recursos multidisciplinares. Após, serão desenvolvidas algumas orientações com base em guias da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) para a mitigação de incidentes de segurança, especialmente envolvendo dados sensíveis. Ao final, o estudo

será dirigido aos artigos da LGPD referentes ao término do tratamento de dados e à conservação de informações pessoais sensíveis.

A presente tese foi estruturada, portanto, em quatro capítulos, além da introdução e das considerações finais. Para a pesquisa, foram utilizados como fontes legislações nacionais, especialmente a LGPD, o Regulamento geral europeu de proteção de dados e doutrinas nacional e estrangeira pertinentes à temática desenvolvida. Julgados nacionais relevantes foram apresentados, quando adequados à discussão em pauta. Em relação à metodologia empregada, utilizou-se como referencial o direito civil-constitucional,⁵ o qual preconiza que o intérprete deve permanentemente reler todo o sistema do Código e das leis especiais à luz da Constituição Federal, de forma a obter a máxima realização dos valores constitucionais na seara das relações privadas e, conseqüentemente, respostas mais adequadas às escolhas de fundo da sociedade contemporânea.

A tese foi elaborada buscando representar estudo significativo acerca dos dados pessoais sensíveis conforme as premissas da metodologia do direito civil-constitucional. Justamente por isso optei por não aplicar um recorte mais específico para o tema, e sim desenvolver análise que perpassa uma série de questões desafiadoras, tanto no campo teórico quanto prático, as quais para a sua melhor interpretação exigem uma análise pautada na referida metodologia e nos valores e princípios da Constituição Federal de 1988. Compreender os riscos e tratar adequadamente os dados sensíveis representam tarefa complexa, que impõe aos agentes o cumprimento de deveres legais e éticos, assim como constante prestação de contas. Por sua vez, recomenda-se que os titulares de dados adotem posturas que observem boas práticas em segurança e proteção de dados, questionando tratamentos de informações pessoais, visto que influenciam não apenas a esfera pessoal do indivíduo, mas também a de terceiros.

⁵ PERLINGIERI, Pietro. *O Direito Civil na legalidade constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008. p.137-138.

REFERÊNCIAS

ABBAS DA SILVA, L.; FRANQUEIRA, B. D.; HARTMANN, I. A. O que os olhos não veem, as câmeras monitoram: reconhecimento facial para segurança pública e regulação na América Latina. *Revista Digital de Direito Administrativo*, v. 8, n. 1, p. 171-204, 2021. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rdda/article/view/173903>> Acesso em: 27 fev. 2021.

ALAMINO, F. N. P.; DEL VECCHIO, V. A. Os Princípios de Yogyakarta e a proteção de direitos fundamentais das minorias de orientação sexual e de identidade de gênero. *Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, [S. l.]*, v. 113, p. 645-668, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/156674>. Acesso em: 10.03.21

ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de. Os direitos do trabalhador portador do HIV. *Revista Eletrônica Tribunal Regional do Trabalho do Paraná*. Curitiba, v. 3, n.27, p. 9-23, jan./fev. 2014.

ALVES, Fátima; ORTIGÃO, Isabel. Origem social e risco de repetência: interação raça-capital econômico. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 130, p. 161-180, jan./abr. 2007.

ANDRADE, Vander Ferreira de. Limites e cautelas no uso de imagens gravadas por câmeras de condomínio e a responsabilidade correlata do síndico. *Migalhas*, publicado em 04 de setembro de 2020. Disponível em: <<https://migalhas.uol.com.br/depeso/332871/limites-e-cautel-as-no-uso-de-imagens-gravadas-por-cameras-de-condominio-e-a-responsabilidade-correlata-do-sindico>> Acesso em: 20.01.21

ANGWIN, Agoia; LARSON, Jeff; MATTU, Surya; KIRCHNER, Laure. Machine Bias: Risk assessments in criminal sentencing. *ProPublica*, publicado em maio de 2016. Disponível em: <<https://www.propublica.org/article/machine-bias-risk-assessments-in-criminal-sentencing>> Acesso em: 12.07.21.

ANPD. *Guia Orientativo sobre Segurança da Informação para Agentes de Tratamento de Pequeno Porte*. Outubro/2021.

ANPD. *Guia Orientativo Tratamento de Dados Pessoais pelo Poder Público*. Janeiro/2022.

ANPD. *Guia orientativo: aplicação da Lei geral de proteção de dados pessoais (LGPD) por agentes de tratamento no contexto eleitoral* [recurso eletrônico]. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2021.

ANTONIK, Luis Roberto. *Compliance, ética, responsabilidade social e empresarial: uma visão prática*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

ARAGÃO, Suélyn Mattos de; SCHIOCCHET, Taysa. Lei Geral de Proteção de Dados: desafio do Sistema Único de Saúde. *RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 692-708, jul./set. 2020.

ARTICLE 29 DATA PROTECTION WORKING PARTY. Guidelines on Data Protection Impact Assessment (DPIA) and determining whether processing is "likely to result in a high risk" for the purposes of Regulation 2016/679. Adopted on 4 April 2017. As last Revised and Adopted on 4 October 2017. Disponível em: <<https://ec.europa.eu/newsroom/article29/items/611236>> Acesso em: 23.08.21.

ARTICLE 29 DATA PROTECTION WORKING PARTY. Opinion 02/2012 on facial recognition in online and mobile services. 22/03/2012. Disponível em: <https://ec.europa.eu/justice/article-29/documentation/opinion-recommendation/files/2012/wp192_en.pdf> Acesso em: 27.02.21

ARTICLE 29 DATA PROTECTION WORKING PARTY. Opinion 2/2009 on the protection of children's personal data (General Guidelines and the special case of schools), adotada em 11 de fevereiro de 2009. Disponível em: <https://ec.europa.eu/justice/article-29/documentation/opinion-recommendation/files/2009/wp160_en.pdf> Acesso em: 06.06.21.

ARTICLE 29 DATA PROTECTION WORKING PARTY. Opinion 3/2012 on developments in biometric technologies. Adotada em 27 de abril de 2012. Disponível em: <https://ec.europa.eu/justice/article-29/documentation/opinion-recommendation/files/2012/wp193_en.pdf> Acesso em: 27.02.21

ARTICLE 29 WORKING PARTY. Guidelines on Automated individual decision-making and Profiling for the purposes of Regulation 2016/679. Bruxelas: Comissão Europeia, 2018.

ARTICLE 29 WORKING PARTY. Opinion 03/2017 on Processing personal data in the context of Cooperative Intelligent Transport Systems (C-ITS). Adopted on 4 October 2017. p.09. Disponível em: <<https://ec.europa.eu/newsroom/article29/items/610171>> Acesso em: 27.09.21.

ARTICLE 29 WORKING PARTY: Advice Paper on Special Categories of Data. Publicado em: 04 de abril de 2011. Disponível em: <https://ec.europa.eu/justice/article-29/documentation/other-document/files/2011/2011_04_20_letter_artwp_mme_le_bail_directive_9546ec_annex1_en.pdf> Acesso em: 27.01.21

ARTICLE 29 WORKING PARTY. Opinion 2/2017 on data processing at work. Disponível em: http://ec.europa.eu/newsroom/document.cfm?doc_id=45631. Acesso em: 26 de julho de 2021.

BANISAR, David. *National Comprehensive Data Protection/Privacy Laws and Bills 2020*. Atualizado em 15 de dezembro de 2020). Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=1951416>>. Acesso em: 28.03.21

BARBOZA, Heloisa Helena Gomes. A proteção da identidade genética. In: Agassiz Almeida Filho; Plínio Melgaré. (Org.). *Dignidade da pessoa humana. Fundamentos e critérios interpretativos*. São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 2010. p. 83-100.

BARBOZA, Heloisa Helena; PEREIRA, Paula Moura Francesconi de Lemos; ALMEIDA, Vitor. Proteção dos dados pessoais da pessoa com deficiência. In: TEPEDINO, Gustavo; FRAZÃO, Ana; OLIVA, Milena Donato (Coord). *Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e suas repercussões no direito brasileiro*. São Paulo: Thomson Reuters: 2020.

BARRETO, Maurício Lima; ALMEIDA, Bethania de Araujo; DONEDA, Danilo. Uso e Proteção de Dados Pessoais na Pesquisa Científica. *RDU*, Porto Alegre, Volume 16, n. 90, 2019, 179-194, nov-dez 2019.

BARROSO, Luís Roberto. A dignidade da pessoa humana no direito constitucional contemporâneo: natureza jurídica, conteúdos mínimos e critérios de aplicação. Disponível em: <http://www.luisrobertobarroso.com.br/wp-content/uploads/2010/12/Dignidade_texto-base_11dez2010.pdf> Acesso em: 01.03.21.

BIONI, Bruno Ricardo. *Proteção de Dados Pessoais: a função e os limites do consentimento*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2020.

BIONI, Bruno. *Proteção de dados pessoais: a função e os limites do consentimento*. Rio de Janeiro: Forense, 2019. E-book.

BIONI, Bruno; KITAYAMA, Marina; RIELLI, Mariana. *O Legítimo Interesse na LGPD: quadro geral e exemplos de aplicação*. São Paulo: Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa, 2021.

BODIN DE MORAES, Maria Celina. *Danos à pessoa humana: uma leitura civil-constitucional dos danos morais*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. p. 107.

BODIN DE MORAES, Maria Celina. La tutela della persona umana in Brasile. *Civilistica.com*, Rio de Janeiro, a. 3, n. 2, jul.-dez./2014.

BODIN DE MORAES, Maria Celina. *Na medida da pessoa humana: Estudos de direito civil-constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

BODIN DE MORAES, Maria Celina; CASTRO, Thamis Dalsenter Viveiros de. A autonomia existencial nos atos de disposição do próprio corpo. *Pensar*, Fortaleza, v. 19, n. 3, p. 779-818, set. /dez. 2014.

BORGESJUS, Frederik J. Zuiderveen; KRUIKEMEIER, Sanne; BOERMAN, Sophie C.; HELBERGER, Natali. Tracking Walls, Take-It-Or-Leave-It Choices, the GDPR, and the ePrivacy Regulation. *European Data Protection Law Review*. 2017. Disponível em: https://www.ivir.nl/publicaties/download/EDPL_2017_03.pdf. Acesso em: 28 dez. 2018.

BRAYNE, Sarah. *Predict and Surveil: Data, Discretion, and the Future of Policing*. 1.ed. Oxford University Press: 2020.

BRAZ JR., Marcilio. Considerações sobre a notificação de incidente de segurança da informação no contexto da lei geral de proteção de dados (e além). *Migalhas*, 1 de fevereiro de 2019. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/depeso/295440/consideracoes-sobre-a-notificacao-de-incidente-de-seguranca-da-informacao-no-contexto-da-lei-geral-de-protecao-de-dados--e-alem>> Acesso em: 13.05.21.

BROWNE, Simone. *Dark Matters: On the Surveillance of Blackness*. Durham: Duke University Press Books, 2015.

BRUGINSKI, Márcia Kazenoh. Discriminação no trabalho: práticas discriminatórias e mecanismos de combate. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/90942/2015_bruginski_marcia_discriminacao_trabalho.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 05.04.21.

BUCAR, Daniel. Administração Pública e Lei Geral de Proteção de Dados. In: SOUZA, Carlos Affonso; MAGRANI, Eduardo; SILVA, Priscilla (coord.). *Caderno Especial: Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. p. 153-165.

BURLE, Caroline; CORTIZ, Diogo. Mapeamento de princípios de inteligência artificial. Disponível em: <<https://ceweb.br/publicacoes/mapeamento-de-principios-de-inteligencia-artificial/?page=1>> Acesso em: 30.12.20

CALIMAN, Luciana. Os regimes da atenção na subjetividade contemporânea. *Arq. bras. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 64, n. 1, p. 02-17, abr. 2012.

CARVALHO, Lucas Borges de. A LGPD e o acesso à informação pública: dado pessoal é dado sigiloso? Jota, publicado em 16 de dezembro de 2020. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/lgpd-informacao-publica-16122020>> Acesso em: 02.08.21

CARVALHO, Lucas Borges de. A LGPD e o acesso à informação pública: dado pessoal é dado sigiloso? Jota, publicado em 16 de dezembro de 2020. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/lgpd-informacao-publica-16122020>> Acesso em: 02.08.21

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. 21ª edição. Paz & Terra: 2013.

_____. *Fim de milênio - A Era da Informação* (vol. 3). 1ª edição. Paz e Terra: 2020.

CASTRO, Dayane Marciano de Oliveira; MANO, Janini Nogueira D'Alessandro; BARONOVSKY, Thainá. Dados pessoais bancários e financeiros são considerados dados sensíveis para a LGPD? *Migalhas*, publicado em 18 de agosto de 2021.

Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/depeso/350335/dados-pessoais-bancarios-sao-considerados-dados-sensiveis-para-a-lgpd>> Acesso em 19.08.21.

CAVOUKIAN, Ann. *Operationalizing Privacy by Design: A Guide to Implementing Strong Privacy Practices*. Dez. 2012.

CAVOUKIAN, Ann. *Privacy by Design: The 7 Foundational Principles*. Disponível em: <<https://iapp.org/resources/article/privacy-by-design-the-7-foundational-principles/>> Acesso em: 09.04.21.

CENTRE FOR INFORMATION POLICY LEADERSHIP. Recommendations for Implementing Transparency, Consent and Legitimate Interest under the GDPR. Centre for Information Policy Leadership GDPR Implementation Project. Publicado em 19 de maio de 2017.

CHATELLIER, Régis *et al.* *Shaping choices in the digital world. From dark patterns to data protection: the influence of UX/UI design on user empowerment*. CNIL, 2019.

CHENEY-LIPPOLD, John. *We are data. Algorithms and the making of our digital selves*. New York: New York University Press, 2017.

CITTON, Y. *The ecology of attention*. Malden: Polity Press, 2016.

CLERICI, Giovanna Bianchi. *Corpo elettronico e tecnologie informatiche*. Roma, 30 de janeiro de 2018. Disponível em: <<https://www.garanteprivacy.it/documents/10160/0/Convegno+Uomini+e+Macchine+-+Intervento+di+Giovanna+Bianchi+Clerici.pdf/5156d23d-7a35-45fb-9b8d-f803a10426b3?version=1.0>> Acesso em: 02.02.21.

CNSaúde. *Código de Boas Práticas: Proteção de Dados para Prestadores Privados de Serviços em Saúde*. 2021. Documento disponível em: <<http://cnsaude.org.br/baixar-aqui-o-codigo-de-boas-praticas-protecao-de-dados-para-prestadores-privados-de-saude/>> Acesso em: 27.07.21.

CNseg. Guia de boas práticas do mercado segurador brasileiro sobre a proteção de dados pessoais. 2019. Disponível em: <<https://cnseg.org.br/publicacoes/guia-de-boas-praticas-do-mercado-segurador-brasileiro-sobre-a-protecao-de-dados-pessoais.html>>. Acesso em: 29.01.21

COE. Relatório Explicativo ao Protocolo que altera a Convenção para a Proteção das Pessoas no que diz respeito ao Tratamento Automático de Dados Pessoais publicado em 2018. Disponível em: <<https://www.coe.int/en/web/conventions/full-list/-/conventions/treaty/223>> Acesso em: 31.12.20.

COELHO, Nathália; LIMA, Antônio Pedro. ESG: por que essa sigla vai mudar o seu negócio daqui para a frente? Firjan, 19 de abril de 2021. Disponível em:

<<https://casafirjan.com.br/lab-de-tendencias/artigos-estudos-e-pesquisas/esg-por-que-essa-sigla-vai-mudar-o-seu-negocio-daqui>> Acesso em: 04.05.21.

COLUSSI, Fernando Augusto Melo; SANTOS, Tomlyta Luz Velasquez dos. Novas tecnologias e liberdade de expressão na pesquisa científica: uma análise sobre a proteção de dados genéticos e de saúde. *Rev. de Biodireito e Direito dos Animais*, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 01-21, Jul./Dez. 2018.

CORRÊA, Adriana Espíndola. O corpo digitalizado: um novo objeto para o direito. *Revista da Faculdade de Direito (UFPR)*, v. 44, p. 77-94, 2006.

COSTA, Ramon S. *Entre taps e direitos: proteção de dados pessoais, privacidade e liberdade no aplicativo Grindr*. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal de Juiz de Fora. 185 p. 2020.

COSTANZA-CHOCK, Sasha. *Design Justice. Community-Led Practices to Build the Worlds We Need*. The MIT Press: 2020.

CRARY, J. 24/7 – *Capitalismo tardio e os fins do sono*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

DALESE, Pedro. Os dados pessoais sensíveis na era do Big Data. Migalhas, publicado em 03 de março de 2021. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/depeso/341100/os-dados-pessoais-sensiveis-na-era-do-big-data>> Acesso em: 06.03.21

DALSENTER, Thamis. Direito à saúde entre a liberdade e a solidariedade: os desafios jurídicos do combate ao novo coronavírus – COVID-19. *Migalhas*, 05 de março de 2020. Fonte: <<https://www.migalhas.com.br/coluna/migalhas-de-vulnerabilidade/321211/direito-a-saude-entre-a-liberdade-e-a-solidariedade-os-desafios-juridicos-do-combate-ao-novo-coronavirus-covid-19>> Acesso em: 13.04.20.

DASTIN, Jeffrey. Amazon scraps secret AI recruiting tool that showed bias against women. Reuters, 10.11.2018. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-amazon-com-jobs-automation-insight/amazon-scraps-secret-ai-recruiting-tool-that-showed-bias-against-women-idUSKCN1MK08G>>. Acesso em: 26.11.2020.

DAVENPORT, T; BECK, J. *The attention economy: understanding the new currency of business*. Boston: Harvard Business School Press, 2001.

DIRETIVA 2011/24/UE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 9 de março de 2011 relativa ao exercício dos direitos dos doentes em matéria de cuidados de saúde transfronteiriços. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex%3A32011L0024>> Acesso em: 21 jan. 2021.

DOERING, Victor; SILVA, Alexandre Pacheco da. O tratamento de dados biométricos na LGPD: dilemas jurídicos e políticos de seu processamento. In: FILHO, Francisco; RAIS, Diogo (Coord.). *Direito público digital*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020. p. 99-113.

DONEDA et al. Considerações iniciais sobre inteligência artificial, ética e autonomia pessoal. *Pensar*, Fortaleza, v. 23, n. 4, p. 1-17, 2018.

DONEDA, Danilo. *A proteção de dados pessoais nas relações de consumo: para além da informação creditícia*. Escola Nacional de Defesa do Consumidor. Brasília: SDE/DPDC, 2010. p. 26-27

DONEDA, Danilo. *Da privacidade à proteção de dados pessoais: elementos da formação da Lei geral de proteção de dados*. 2.ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

DONEDA, Danilo; MONTEIRO, Marília. Acesso à informação e privacidade no caso da Universidade Federal de Santa Maria. *Jota*. 2 jul. 2015. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/acesso-a-informacao-e-privacidade-no-caso-da-universidade-federal-de-santa-maria-02072015>. Acesso em: 14 jun. 2020, n.p.

DUHIGG, Charles. How companies learn your secrets. *The New York Times*. 26 fev. 2012. Disponível em: https://www.nytimes.com/2012/02/19/magazine/shopping-habits.html?pagewanted=1&_r=1&hp. Acesso em: 31 maio 2020.

DWORKIN, Gerald. Paternalism, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Summer 2014 Edition), Edward N. Zalta (ed.). Disponível em: <http://plato.stanford.edu/archives/sum2014/entries/paternalism/> Acesso em: 01.03.21

EBERLIN, Fernando Büscher von Teschenhausen. Sharenting, liberdade de expressão e privacidade de crianças no ambiente digital: o papel dos provedores de aplicação no cenário jurídico brasileiro. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*. Brasília, v. 7, nº 3, 2017 p. 255-273.

EDPB. Guidelines 01/2021 on Examples regarding Personal Data Breach Notification. Adopted on 14 December 2021. Version 2.0.

EDPB. Guidelines 03/2020 on the processing of data concerning health for the purpose of scientific research in the context of the COVID-19 outbreak.

EDPB. Guidelines 04/2020 on the use of location data and contact tracing tools in the context of the COVID-19 outbreak. Disponível em: https://edpb.europa.eu/our-work-tools/our-documents/publication-type/guidelines_en Acesso em: 26.02.2021

EDPB. Guidelines 3/2019 on processing of personal data through video devices - version adopted after public consultation. Versão 2.0. Adotada em 29 de janeiro de 2020. Disponível em: https://edpb.europa.eu/our-work-tools/our-documents/guidelines/guidelines-32019-processing-personal-data-through-video_en Acesso em: 20.01.21.

EDPB. Guidelines 4/2019 on Article 25 Data Protection by Design and by Default. Adopted on 20 October 2020. Disponível em: <https://edpb.europa.eu/our-work->

tools/our-documents/guidelines/guidelines-42019-article-25-data-protection-design-and_en> Acesso em: 10.05.21.

ENISA. European Union Agency for Network and Information Security. *Recommendations for a methodology of the assessment of severity of personal data breaches*. Working Document, December 2013. Disponível em: <<https://www.enisa.europa.eu/publications/dbn-severity>> Acesso em: 09.01.21.

EUBANKS, Virginia. *Automating Inequality: How High-Tech Tools Profile, Police, and Punish the Poor*. St. Martin's Publishing Group, 2018.

EUROPEAN DATA PROTECTION BOARD. Diretrizes 05/2020 relativas ao consentimento na aceção do Regulamento 2016/679. Versão 1.1. Adotada em 4 de maio de 2020. p.08. Disponível em: <https://edpb.europa.eu/our-work-tools/our-documents/guidelines/guidelines-052020-consent-under-regulation-2016679_en> Acesso em: 19.07.21.

EUROPEAN UNION AGENCY FOR FUNDAMENTAL RIGHTS AND COUNCIL OF EUROPE. *Handbook on European data protection law*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2018.

FERNANDES, Dauney Oliveira. Direito humano à igualdade racial. *Lex Magister*. Disponível em: <https://www.lex.com.br/doutrina_27550329_DIREITO_HUMANO_A_IGUALDADE_RACIAL.aspx> Acesso em: 30.03.21.

FICO, Bernardo de Souza Dantas; SICUTO, Guilherme Hernandes; NÓBREGA, Henrique Meng. Lei Geral de Proteção de Dados para LGBTs: Identidade de gênero como dado sensível. *Justificando*. Publicado em 16 de junho de 2020. Disponível em: <<https://www.justificando.com/2020/06/16/leigeral-de-protecao-de-dados-para-lgbts-identidade-de-genero-como-dado-sensivel/>> Acesso em: 03.03.21.

FLORIDI, Luciano. Open Data, Data Protection, and Group Privacy. *Philos. Technol.* 27, 1–3, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s13347-014-0157-8>> Acesso em: 23.12.20.

FOITZIK, Piotr. Publicly available data under the GDPR: Main considerations. Disponível em: <<https://iapp.org/news/a/publicly-available-data-under-gdpr-main-considerations/>>. Acesso em: 01.08.21

FORRESTER CONSULTING. The Cloud, Data, And AI Imperative for Healthcare. Hospital Readiness and Adoption Paths for Next-Generation Technologies. A Forrester Consulting Thought Leadership Paper Commissioned By IBM. February 2020.

FRANCK, Georg. The economy of attention. *Telepolis*, dezembro, 1999. Disponível em <<https://www.heise.de/tp/features/The-Economy-of-Attention-3444929.html>> Acesso em: 23.01.19.

FRAZÃO, Ana. Algoritmos e inteligência artificial, Jota, publicado em 15 de maio de 2018. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/constituicao-empresa-e-mercado/algoritmos-e-inteligencia-artificial-15052018>> Acesso em: 09.01.21.

FRAZÃO, Ana. Capitalismo de stakeholders e investimentos ESG. *Jota*, publicado em 28 de abril de 2021.

FRAZÃO, Ana. Data-driven economy e seus impactos sobre os direitos de personalidade. *Jota*, publicado em 17 de julho de 2018. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/constituicao-empresa-e-mercado/data-driven-economy-e-seus-impactos-sobre-os-direitos-de-personalidade-17072018>> Acesso em: 14.01.21

FRAZÃO, Ana. Discriminação algorítmica. *Jota*, publicado em 23 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/constituicao-empresa-e-mercado/discriminacao-algoritmica-2-23062021?amp&fbclid=IwAR1oD_HSvSGJ1cDD9UsBMgHUIj8lmTxoohT5tQp1m8Vrjv5h8qv_NX5vW0k> Acesso em: 23.06.21

FRAZÃO, Ana. Fundamentos da proteção dos dados pessoais. Noções introdutórias para a compreensão da importância da Lei Geral de Proteção de dados. In: FRAZÃO, Ana; TEPEDINO, Gustavo; OLIVA, Milena Donato (Coords.). *A lei geral de proteção de dados pessoais e suas repercussões no direito brasileiro*. São Paulo: Thomson Reuters Revista dos Tribunais, 2019. p. 23-52.

FRAZÃO, Ana. Objetivos e alcance da Lei Geral de Proteção de Dados. In: TEPEDINO, Gustavo; FRAZÃO, Ana; OLIVA, Milena Donato. *Lei Geral de Dados Pessoais e suas repercussões no direito brasileiro*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

FRAZÃO, Ana; OLIVA, Milena Donato; ABILIO, Vivianne da Silveira. Compliance de dados pessoais. In: FRAZÃO, Ana; TEPEDINO, Gustavo; OLIVA, Milena Donato (Coords.). *A lei geral de proteção de dados pessoais e suas repercussões no direito brasileiro*. São Paulo: Thomson Reuters Revista dos Tribunais, 2019.

FRAZÃO, Ana; MULHOLLAND, Caitlin (Org.). *Inteligência Artificial e Direito: Ética, Regulação e Responsabilidade* - revisto e atualizado. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.

FRITZ, Karina Nunes. Pessoa não-binária tem direito a ser tratada de forma neutra, diz juiz de Frankfurt - ainda há muito por fazer pela identidade e igualdade de gênero. Migalhas, artigo publicado em 8 de março de 2021. Disponível: <<https://www.migalhas.com.br/coluna/german-report/341325/pessoa-nao-binaria-tem-direito-a-ser-tratada-de-forma-neutra>> Acesso em: 10.03.21.

GABRIEL, Anderson de Paiva. TEFFÉ, Chiara Spadaccini de. Ferramentas tecnológicas e controle da pandemia. *Jota*, Rio de Janeiro, 14 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/juiz-hermes/ferramentas-tecnologicas-e-controle-da-pandemia-14062020>> Acesso em: 31 jul. 2020.

GEORGIEVA, Ludmila; KUNER, Christopher. Article 9 Processing of special categories of personal data In: KUNER, Christopher; BYGRAVE, Lee; DOCKSEY, Christopher. *The EU General Data Protection Regulation (GDPR): A Commentary*. 1.ed. Oxford University Press: 2020.

GOLDHABER, M. The Attention Economy and the Net, 1997. Disponível em: <<https://firstmonday.org/article/view/519/440>> Acesso em 15.12.19.

GOMES, Orlando. Direitos da personalidade e responsabilidade civil. *Revista de direito comparado luso-brasileiro*. Rio de Janeiro, ano II, n. 2, 1983.

GRUPO DE TRABALHO DO ARTIGO 29.º PARA A PROTEÇÃO DE DADOS. Parecer 06/2014 sobre o conceito de interesses legítimos do responsável pelo tratamento dos dados na aceção do artigo 7.º da Diretiva 95/46/CE. Adotado em 9 de abril de 2014. Disponível em: <https://ec.europa.eu/justice/article-29/documentation/opinion-recommendation/files/2014/wp217_pt.pdf>. Acesso em 14.08.19.

GUEDES, Gisela Sampaio da Cruz; MEIRELES, Rose Melo Vencelau. A importância do compliance para o término do tratamento de dados. In: Ana Frazão; Ricardo Cueva (Coord). *Compliance e políticas de proteção de dados*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021. p.245-268.

GURLEY, Lauren. Amazon Delivery Drivers Forced to Sign ‘Biometric Consent’ Form or Lose Job. *VICE*, 2021. Disponível em: <<https://www.vice.com/en/article/dy8n3j/amazon-delivery-drivers-forced-to-sign-biometric-consent-form-or-lose-job>> Acesso em 25.5.21.

HARARI, Yuval Noah. *21 lições para o século 21*. 1.ed. Companhia das Letras: 2018.

HARTZOG, Woodrow. *Privacy’s Blueprint: the battle to control the design of new technologies*. Cambridge: Harvard University Press, 2018.

HENRIQUES, Isabella; PITA, Marina; HARTUNG, Pedro. A proteção de dados pessoais de crianças e adolescentes. In: Bruno Bioni, Laura Schertel Mendes, Danilo Doneda, Otavio Luiz Rodrigues Jr., Ingo Wolfgang Sarlet. (Org.). *Tratado de Proteção de dados pessoais*. 1ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. Ebook.

HOF, Simone van der. I agree, or do I? A rights-based analysis of the law on children's consent in the digital world. *Wisconsin International Law Journal*, v. 34, n. 2, p. 409-445, 2016.

IBGE. Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em:

<<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101784>> Acesso em: 05.09.21.

ICO 2018: Investigation into the use of data analytics in political campaigns. Publicado em: 06 de novembro de 2018. Disponível em: <<https://ico.org.uk/action-weve-taken/investigation-into-data-analytics-for-political-purposes/>> Acesso em: 01.04.21.

ICO. Data protection by design and default. Disponível em: <<https://ico.org.uk/for-organisations/guide-to-data-protection/guide-to-the-general-data-protection-regulation-gdpr/accountability-and-governance/data-protection-by-design-and-default/>> Acesso em: 03.08.21.

ICO. Information Commissioner's Office. Investigation into the use of data analytics in political campaigns. Investigation update. Publicado em 11 de julho de 2018. Disponível em: <<https://ico.org.uk/action-weve-taken/investigation-into-data-analytics-for-political-purposes/>> Acesso em: 07.07.21.

IKAWA, Daniela. *Ações Afirmativas em Universidades*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

ILGA World: Lucas Ramon Mendos, Kellyn Botha, Rafael Carrano Lelis, Enrique López de la Peña, Iliia Savelev and Daron Tan, *State-Sponsored Homophobia 2020: Global Legislation Overview Update*. Dezembro de 2020. Disponível em: <<https://ilga.org/state-sponsored-homophobia-report>> Acesso em: 07.03.21.

INFORMATION COMMISSIONER'S OFFICE (ICO). *Data protection and journalism: a guide for the media*. 2014. Disponível em: <<https://ico.org.uk/media/for-organisations/documents/1552/data-protection-and-journalism-media-guidance.pdf>> Acesso em: 12.07.21.

INSTITUTO DE LONGEVIDADE MAG. Preconceito etário traz falsas ideias sobre idosos no mercado de trabalho. 2021. Disponível em: <<https://institutodelongevidademag.org/longevidade-e-trabalho/carreira/preconceitos-idosos-no-mercado-de-trabalho>> Acesso em: 05.09.21.

INTERNETLAB. *O que está em jogo no debate sobre dados pessoais no Brasil?* Relatório final sobre o debate público promovido pelo ministério da justiça sobre o anteprojeto de lei de proteção de dados pessoais. Associação InternetLab de pesquisa em direito e tecnologia, 2016.

ITS RIO. *Transparência e Governança nos algoritmos: um estudo de caso sobre o setor de birôs de crédito*. Disponível em: <<https://itsrio.org/pt/publicacoes/transparencia-e-governanca-nos-algoritmos-um-estudo-de-caso/>> Acesso em: 14.07.21

JUNIOR, José Luiz de Moura Faleiros Junior, NOGAROLI, Rafaella. Telemedicina e proteção de dados: reflexões sobre a pandemia da COVID-19 e os impactos jurídicos da tecnologia aplicada à saúde. *Revista dos Tribunais*, vol. 1016, Jun./20.

JUNQUEIRA, Thiago. *Tratamento de Dados Pessoais e Discriminação Algorítmica nos Seguros*. Revista dos Tribunais, 2020.

KFOURI NETO, Miguel; NOGAROLI, Rafaella. Responsabilidade civil pelo inadimplemento do dever de informação na cirurgia robótica e telecirurgia: uma abordagem de direito comparado (Estados Unidos, União Europeia e Brasil). In: ROSENVALD, Nelson; MENEZES, Joyceane; DADALTO, Luciana (coords.). *Responsabilidade civil e medicina*. Indaiatuba: Foco, 2020. p. 159-185.

KNOP, M.; COLLARES, A. C. M. A influência da origem social na probabilidade de concluir os diferentes cursos de ensino superior. *Sociedade e Estado*, v. 34, n. 02, p. 351-380, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view>. Acesso em: 2 abr. 2021.

KONDER, Carlos Nelson de Paula. O alcance do direito à identidade pessoal no direito civil brasileiro. *Pensar*, Fortaleza, v. 23, n. 1, p. 1-11, jan./mar. 2018

KONDER, Carlos Nelson. O tratamento de dados sensíveis à luz da Lei 13.709/2018. In: FRAZÃO, Ana; TEPEDINO, Gustavo; OLIVA, Milena Donato (Org.). *A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e Suas Repercussões no Direito Brasileiro*. Revista dos Tribunais: São Paulo, 2019.

KORFF, Douwe. GDPR Requirements on Data Protection Impact Assessments & Methodologies for DPIAs. Jul. 2020. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3656234>> Acesso em: 21.08.21.

KORKMAZ, Maria Regina Detoni Cavalcanti Rigolon. Dados Sensíveis na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais: mecanismos de tutela para o livre desenvolvimento da personalidade. Orientador: Sergio Marcos Carvalho de Ávila Negri. Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Direito. Programa de Pós-Graduação em Direito, 2019.

KOSINSKI, Michal; STILLWELL, David; GRAEPEL, Thore. Private traits and attributes are predictable from digital records of human behavior. *PNAS*, vol. 110, n. 15, abril/2013, p. 5802-5805. Disponível em: <https://doi.org/10.1073/pnas.1218772110>> Acesso em: 19.01.21.

KOTSCHY, Waltraut. Lawfulness of processing. In: *2018 Draft commentaries on 10 GDPR articles* (from Commentary on the EU General Data Protection Regulation, OUP 2019). Oxford University Press, 2018, p. 37. Disponível em: <<https://works.bepress.com/christopher-kuner/1/>>. Acesso em: 22.07.19

KRAMER, Adam D. I.; GUILLORY, Jamie E.; HANCOCK, Jeffrey T. Experimental evidence of massive-scale emotional contagion through social networks. *PNAS*, vol. 111, n. 24, jun. 2014, p. 8788-8790. Disponível em: <<https://doi.org/10.1073/pnas.1320040111>> Acesso em: 19.01.21

KRUTZINNA, Jenny; TADDEO, Mariarosaria; FLORIDI, Luciano. Enabling Posthumous Medical Data Donation: A Plea for the Ethical Utilisation of Personal Health Data. In: KRUTZINNA, Jenny; FLORIDI, Luciano (Eds.) *The Ethics of Medical Data Donation*. Springer. 2019.p. 163-180.

LANGENEGGER, Natalia; GOBBATO, Andréa. Compatibilização da Lei de Acesso à Informação com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais: desafios no âmbito do Poder Judiciário. *Revista do Advogado*, São Paulo, v. 39, n. 144, p. 141-148, nov. 2019.

LATERÇA, Priscilla Silva; FERNANDES, Elora; TEFFÉ, Chiara Spadaccini de; BRANCO, Sérgio (Coords.). *Privacidade e Proteção de Dados de Crianças e Adolescentes*. Rio de Janeiro: Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro; Obliq, 2021. E-book.

LEITE, Fábio. A liberdade de crença e o sacrifício de Animais em cultos religiosos. *Veredas do Direito*, Belo Horizonte, v.10, n.20, p.163-177, jul./dez. 2013.

LEMOS, Ronaldo; BRANCO, Sérgio. Privacy by design: conceito, fundamentos e aplicabilidade na LGPD. In: Bruno Bioni, Laura Schertel Mendes, Danilo Doneda, Otavio Luiz Rodrigues Jr., Ingo Wolfgang Sarlet. (Org.). *Tratado de Proteção de dados pessoais*. 1ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. E-book.

LEMOS, Ronaldo; BRANCO, Sérgio. Privacy by design: conceito, fundamentos e aplicabilidade na LGPD. In: Bruno Bioni, Laura Schertel Mendes, Danilo Doneda, Otavio Luiz Rodrigues Jr., Ingo Wolfgang Sarlet. (Org.). *Tratado de Proteção de dados pessoais*. 1ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. E-book.

LEONARDI, Marcel. Principais bases legais de tratamento de dados pessoais no setor privado. In: SOUZA, Carlos Affonso; MAGRANI, Eduardo; SILVA, Priscilla (Coords.). *Lei geral de proteção de dados*. São Paulo: RT, 2019.

LESSIG, Lawrence. The Law of the Horse: What Cyberlaw Might Teach, 113 *Harvard Law Review*, p. 501-549, 1999. Disponível em: <https://cyber.harvard.edu/works/lessig/finalhls.pdf>. Acesso em: 13 out. 2018.

LIMA, Maria Batista. Identidade étnico/racial no Brasil: uma reflexão teórico-metodológica. *Revista Fórum identidades*. Ano 2, Volume 3, p. 33-46, jan-jun. 2008.

MAIA, Roberta Mauro Medina. A natureza jurídica da titularidade dos dados pessoais. In: MULHOLLAND, Caitlin. *A LGPD e o novo marco normativo no Brasil*. Arquipélago, 2020.

MALLET, Estêvão. Igualdade, discriminação e direito do trabalho. *Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo*, v. 103, p. 241-267, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67804>. Acesso em: 5 abr. 2021.

MARIS, Elena; LIBERT, Timothy; HENRICHSEN, Jennifer R. Tracking Sex: The Implications of Widespread Sexual Data Leakage and Tracking on Porn Websites. *New Media & Society*, vol. 22, no. 11, Nov. 2020, p. 2018–2038. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1461444820924632>> Acesso em: 07.03.21.

MARQUES, Cláudia Lima. O diálogo das fontes como método da nova teoria geral do direito: um tributo a Erik Jayme. In.: _____ (coord.) *Diálogo das fontes: do conflito à coordenação de normas no direito brasileiro novo regime das relações contratuais*. São Paulo: RT, 2012, p.17-66.

MARQUES, Claudia Lima; MIRAGEM, Bruno. *O novo direito privado e a proteção dos vulneráveis*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

MARTINS, Guilherme Magalhães; SOARES, Flaviana Rampazzo. Proteção de dados pessoais em e-saúde: seu confronto com a utilidade do fornecimento e uso de dados, em aplicativos para dispositivos móveis. *Revista de Direito do Consumidor*, vol. 130, jul.-ago. / 2020.

MATOS, Ana Carla Harmatiuk; RUZYK, Carlos Eduardo Pianovski. Diálogos entre a Lei Geral de Proteção de Dados e a Lei de Acesso à Informação. In: FRAZÃO, Ana; OLIVA, Milena Donato; TEPEDINO, Gustavo (coord.). *Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais: e suas repercussões no Direito brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. p. 199-218.

MAYER-SCHOENBERGER, V.; CUKIER, K. *Big Data: a revolution that will transform how we live, work, and think*. Londres: John Murray, 2013.

MAYSON, Sandra Gabriel. *Bias In, Bias Out*. University of Georgia School of Law Legal Studies, Research Paper No. 2018-35. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=3257004>> Acesso em: 03.05.21.

MCCULLAGH, K. Data Sensitivity: Proposals for Resolving the Conundrum, *Journal of International Commercial Law and Technology* 2, 2007, p. 190–201.

MEDEIROS, M. S. de; BORGES, L.; FILHO, J. E. T. ; LUCENA, R. C. B. de . Limites e contradições do uso de tecnologias digitais em saúde no contexto da pandemia da

COVID-19 no Brasil. *Serviço Social e Saúde*, Campinas, SP, v. 20, n. 00, p. e021002, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8665391>. Acesso em: 3 jan. 2022.

MEDON, Filipe. *Inteligência Artificial e Responsabilidade Civil: autonomia, riscos e solidariedade*. 1. ed. Salvador: JusPodivm, 2020. 448p.

MEJIAS, Ulises A.; COULDRY, Nick. Datafication. *Internet Policy Review*, 8(4). 2019. Disponível em: <<https://policyreview.info/concepts/datafication>>. Acesso em: 27 jul. 2021.

MENDES, Laura Schertel Ferreira. Autodeterminação informativa: a história de um conceito. *Pensar*, Fortaleza, v. 25, n. 4, p. 1-18, out./dez. 2020.

MENDES, Laura Schertel; DONEDA, Danilo. Comentário à nova Lei de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018): o novo paradigma da proteção de dados no Brasil. *Revista de Direito do Consumidor*, v. 120, p. 555, 2018.

MERKEL, Jeremy. Dark Patterns Come to Light in California Data Privacy Laws. *The National Law Review*, vol. XI, n. 183, 02 de jul. de 2021. Disponível em: <<https://www.natlawreview.com/article/dark-patterns-come-to-light-california-data-privacy-laws>>. Acesso em: 03 de jul. de 2021.

MIRAGEM, Bruno. *Curso de Direito do Consumidor*. 3ed. São Paulo: RT, 2012.

MIRAGEM, Bruno; PETERSEN, Luiza. O contrato de seguro e a lei geral de proteção de dados. *Revista dos Tribunais*, vol.1018, agosto de 2020.

MIRANDA, Monique. *Classificação de raça, cor e etnia: conceitos, terminologia e métodos utilizados nas ciências da saúde no Brasil, no período de 2000 a 2009*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: 2010.

MORAES, Maria Celina Bodin de. *Na medida da pessoa humana: estudos de direito civil*. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

MORAES, Maria Celina Bodin de. Recusa à realização do exame de DNA e direitos da personalidade, In: *Na medida da pessoa humana*. Estudos de direito civil constitucional, Rio de Janeiro: Ed. Renovar, 2010.

MOREIRA, André de Oliveira Schenini. A exceção dos dados pessoais tornados manifestamente públicos pelo titular na LGPD. Migalhas, publicado em 07 de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/depeso/293745/a-excecao-dos-dados-pessoais-tornados-manifestamente-publicos-pelo-titular-na-lgpd>> Acesso em: 01.08.21.

MOREIRA, Rodrigo Pereira. *Direito ao Livre Desenvolvimento da Personalidade*. Juruá: 2016.

MULHOLLAND, C. O tratamento de dados pessoais sensíveis. In: Mulholland, Caitlin (Org.). *LGPD e o novo marco normativo no Brasil*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2020, v. 1.

MULHOLLAND, Caitlin. Dados pessoais sensíveis e a tutela de direitos fundamentais: uma análise à luz da lei geral de proteção de dados (Lei 13.709/18). *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais*, v. 19, p. 159-180, 2018.

MULHOLLAND, Caitlin. Dados pessoais sensíveis e consentimento na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. *Migalhas*, publicado em 22 de junho de 2020. Disponível em: <<https://migalhas.uol.com.br/coluna/migalhas-de-vulnerabilidade/329261/dados-pessoais-sensiveis-e-consentimento-na-lei-geral-de-protecao-de-dados-pessoais>> Acesso em: 02.11.20.

MULHOLLAND, Caitlin. Dados pessoais sensíveis e consentimento na Lei geral de Proteção de Dados Pessoais. *Revista do Advogado*, n. 144, nov. 2019, p. 47-53.

MULHOLLAND, Caitlin. Os contratos de seguro e a proteção dos dados pessoais sensíveis. In: GOLDBERG, Ilan; JUNQUEIRA, Thiago (Coords.). *Temas Atuais de Direito dos Seguros*, Tomo I. São Paulo: Thomson Reuters. 2020.

MULHOLLAND, Caitlin; FRAJHOF, I. Entre as leis da robótica e a ética: regulação para o adequado desenvolvimento da Inteligência Artificial. In: Mafalda Miranda Barbosa; Felipe Braga Netto; Michael César Silva; José Luiz de Moura Faleiros Júnior. (Org.). *Direito Digital e Inteligência Artificial: diálogos entre Brasil e Europa*. 1ed. Belo Horizonte: Editora Foco, 2021, v. 1, p. 65-80.

MULHOLLAND, Caitlin; KREMER, Bianca. Responsabilidade civil por danos causados pela violação do princípio da igualdade no tratamento de dados pessoais. In: Rodrigo da Guia Silva; Gustavo Tepedino. (Org.). *O Direito Civil na era da inteligência artificial*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020, p.565-584.

MULHOLLAND, Caitlin; PALMEIRA, Mariana. As bases legais para tratamento de dados de crianças e adolescentes. In: LATERÇA, Priscilla Silva; FERNANDES, Elora; TEFFÉ, Chiara Spadaccini de; BRANCO, Sérgio (Coords.). *Privacidade e Proteção de Dados de Crianças e Adolescentes*. Rio de Janeiro: Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro; Obliq, 2021. Edição do Kindle.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. 4.ed. Autêntica: 2019.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. 5. ed. Autêntica: 2019.

NEGRI, Sergio Marcos Carvalho de Ávila; KORKMAZ, Maria Regina Detoni Cavalcanti Rigolon. A normatividade dos dados sensíveis na lei geral de proteção de

dados: ampliação conceitual e proteção da pessoa humana. *Rev. de Direito, Governança e Novas Tecnologias*, Goiânia, v. 5, n. 1, p. 63-85, Jan/Jun. 2019.

NOBLE, Safiya Umoja. *Algorithms of Oppression: How Search Engines Reinforce Racism*. NYU Press, 2018.

NORWEGIAN DATA PROTECTION AUTHORITY. *Software development with Data Protection by Design and by Default*. Nov. 2017. Disponível em: <<https://www.datatilsynet.no/en/about-privacy/virksomhetenes-plikter/innebygd-personvern/data-protection-by-design-and-by-default/?print=true>> Acesso em: 04.08.21.

NOUWENS, Midas. LICCARDI, Illaria. VEALE, Michale, *et al.* Dark Patterns after the GDPR: Scraping Consent Pop-ups and Demonstrating their Influence. Disponível em: <<https://iapp.org/resources/article/dark-patterns-after-the-gdpr-scraping-consent-pop-ups-and-demonstrating-their-influence/>> Acesso em: 22.07.21

OBERMEYER, Ziad. Et al. Dissecting racial bias in an algorithm used to manage the health of populations. *Science*, 25.10.2019: Vol. 366, Issue 6464, pp. 447-453. Disponível em: <<https://science.sciencemag.org/content/366/6464/447>>. Acesso em: 01.12.2020.

OECD, *A Caminho da Era Digital no Brasil*, OECD Publishing, Paris, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1787/45a84b29-pt.>> Acesso em: 18.12.20.

OECD. The Evolving Privacy Landscape: 30 Years After the OECD Privacy Guidelines. *OECD Digital Economy Papers*, n. 176, OECD Publishing, Paris, 2011, p. 31-32. Disponível em: <<https://doi.org/10.1787/5kgf09z90c31-en>> Acesso em: 03.01.21

OLIVA, Milena. GUIA, R. Notas sobre o compliance no direito brasileiro. *Revista quaestio iuris*, v. 11, p. 2708-2729, 2018.

OLIVA, Milena; Silva, Jeniffer. Discriminação algorítmica nas relações de consumo. Migalhas, publicado em 23 de fevereiro de 2021. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/depeso/340680/discriminacao-algoritmica-nas-relacoes-de-consumo>> Acesso em: 03.07.21

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Direito Administrativo e coronavírus. *Migalhas*, 17 de março de 2020. Fonte: <<https://www.migalhas.com.br/depeso/321892/direito-administrativo-e-coronavirus>> Acesso em: 13.04.20.

O'NEIL, Cathy. *Weapons of Math Destruction: How Big Data Increases Inequality and Threatens Democracy*. Crown: 2016.

ONU. Alto Comissariado das Nações Unidas. *Nascidos livres e iguais: Orientação Sexual e Identidade de Gênero no Regime Internacional de Direitos Humanos*, Brasília, 2013.

ONU. Convenção sobre os Direitos da Criança. *Comentário geral nº 25 sobre os direitos das crianças em relação ao ambiente digital*. 2021. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/EN/HRBodies/CRC/Pages/GCChildrensRightsRelationDigitalEnvironment.aspx>> Acesso em: 26.01.21

ONU. Data Strategy of the Secretary-General for Action by Everyone, Everywhere with Insight, Impact and Integrity. 2020. Disponível em: <https://un.org/en/content/datastrategy/images/pdf/UN_SG_Data-Strategy.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2021.

PALHARES, Felipe. Vantagem econômica no compartilhamento de dados de saúde: interpretação do artigo 11, § 4º, da LGPD. In: DALLARI, Analluza Bolivar; MONACO; Gustavo Ferraz de Campos (Org.). *LGPD na saúde*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

PALHARES, Felipe; PRADO, Luis; VIDIGAL, Paulo. *Compliance digital e LGPD*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.

PASQUALE, Frank. *The black box society*. Cambridge: Harvard University Press. 2015.

PASQUALOTTO, Adalberto; SOARES, Flaviana. Consumidor hipervulnerável: análise crítica, substrato axiológico, contornos e abrangência. *Revista de Direito do Consumidor*, vol. 113, p. 81-109, Set.-Out./2017.

PAVÃO, Juliana Carvalho; ESPOLADOR, Rita de Cássia Resqueti Tarifa. A proteção de dados clínicos durante a pandemia da COVID-19: comentários à luz dos direitos da personalidade e dos referenciais bioéticos. *SCIENTIA IURIS*, Londrina, v. 25, n. 3, p. 125-140, nov. 2021.

PEÑA, Paz; VARON, Joana. *O poder de dizer NÃO na Internet*. Coding Rights. Disponível em: <https://medium.com/codingrights/o-poder-de-dizer-nao-na-internet-17d6e9889d4a>. Acesso em: 29 julho. 2019.

PENA, Sérgio Danilo Junho; BIRCHAL, Telma de Souza. A inexistência biológica versus a existência social de raças humanas: pode a ciência instruir o etos social? *Revista USP*, nº 68, fevereiro de 2006, p. 10-21.

PERLINGIERI, Pietro. *O Direito Civil na legalidade constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

PERLINGIERI, Pietro. *Perfis do Direito Civil. Introdução ao Direito Civil Constitucional*. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2007.

PINHEIRO, Iuri; BOMFIM, Vólia. A Lei Geral de Proteção de Dados e seus impactos nas relações de trabalho. Disponível em: <<http://trabalhoemdebate.com.br/artigo/detalhe/a-lei-geral-de-protecao-de-dados-e-seus-impactos-nas-relacoes-de-trabalho>> Acesso em: 14.07.21.

PINTO, Carlos Alberto da Mota. *Teoria Geral do Direito Civil*, 4ª Ed. atualizada por António Pinto Monteiro e Paulo Mota Pinto, Coimbra: Coimbra Editora, 2005.

PINTO, Paulo Mota. A influência dos direitos fundamentais sobre o direito privado português. In: MONTEIRO, António Pinto; NEUNER, Jörg; SARLET, Ingo (Orgs.). *Direitos fundamentais e direito privado: uma perspectiva de direito comparado*. Coimbra: Almedina, 2007.

PINTO, Paulo Mota. O direito ao livre desenvolvimento da personalidade. In: CANOTILHO, José Joaquim Gomes (coordenador). *Portugal-Brasil ano 2000*. Coimbra: Coimbra, 1999.

MIRANDA, Felipe Arady. O direito fundamental ao livre desenvolvimento da personalidade. *Revista do Instituto do Direito Brasileiro*. Ano 2, n. 10, p. 11175-11211. Lisboa, 2013.

PIOVESAN, Flávia; SILVA, Sandro Gorski. Diversidade sexual e o contexto global: desafios à plena implementação dos direitos humanos LGBTI. *Quaestio Iuris*. vol. 08, nº. 04, Número Especial. Rio de Janeiro, 2015. p. 2613-2650.

PLUNKETT, Leah A. *Sharenthood: Why We Should Think before We Talk about Our Kids Online*. The MIT Press, 2019.

POMPEU, Márcio. A LGPD como condição para as *healthtechs* captarem investimentos. *Conjur*, publicado em 11 de março de 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-mar-11/pompeu-lgpd-condicao-healthtechs-captarem-investimentos#_ftn1> Acesso em: 17 de março de 2021.

PRESGRAVE, Ana Beatriz Ferreira Rebello; HILDEBRAND, Cecília Rodrigues Frutuoso; PEIXOTO, Renata Cortez Vieira. Pais que dão à luz: como o direito brasileiro regulamenta o registro dos filhos de transgêneros? *IBDFAM*, publicado em: 24 de fevereiro de 2021. Disponível em: <<https://ibdfam.org.br/artigos/1652/Pais+que+d%C3%A3o+%C3%A0+luz%3A+como+o+direito+brasileiro+regulamenta+o+registro+dos+filhos+de+transg%C3%AAneros%3F>> Acesso em: 07.03.21

EUROPEAN COMMISSION. Proposal for a REGULATION OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL concerning the respect for private life and the protection of personal data in electronic communications and repealing Directive 2002/58/EC (Regulation on Privacy and Electronic Communications) COM/2017/010 final - 2017/03 (COD). Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A52017PC0010>> Acesso em: 01.01.21

PSCHEIDT, Kristian Rodrigo. A relação entre a LGPD e a apuração da boa-fé contratual. *Conjur*, publicado em 07 de dezembro de 2020. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-dez-07/pscheidt-relacao-entre-lgpd-boa-fe-contratual>> Acesso em: 28.07.21.

QUELLE, Claudia. Enhancing Compliance under the General Data Protection Regulation: The Risky Upshot of the Accountability-and Risk-based Approach, *European Journal of Risk Regulation*, 9, p. 502-526. 2018.

QUINN, Paul; MALGIERI, Gianclaudio. The Difficulty of Defining Sensitive Data – the Concept of Sensitive Data in the EU Data Protection Framework. *Brussels Privacy Hub Research Paper*, publicado em 16 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=3713134>> Acesso em: 02.01.21

RAO, Dattaraj Jagdish; MANE, Shraddha. Digital Twin approach to Clinical DSS with Explainable AI. 2019. Disponível em: <<https://arxiv.org/ftp/arxiv/papers/1910/1910.13520.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2021

REGULAMENTO (UE) 2016/679 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 27 de abril de 2016 relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados). Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex%3A32016R0679>> Acesso em: 21 jan. 2021.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro*. Companhia de Bolso, 2006.

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIOS, Roger Raupp. Tramas e interconexões no Supremo Tribunal Federal: Antidiscriminação, gênero e sexualidade. *Rev. Direito Práx.*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 1332-1357, abril. 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2179-89662020000201332&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 28.12.20.

RIOS, Roger Raupp; LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo; SCHÄFER, Gilberto. Direito da antidiscriminação e direitos de minorias: perspectivas e modelos de proteção individual e coletivo. *Rev. direitos fundam. democ.*, v. 22, n. 1, p. 126-148, jan./abr. 2017.

RODOTÀ, Stefano. *A vida na sociedade da vigilância – a privacidade hoje*. Coord. Maria Celina Bodin de Moraes. Trad. Danilo Doneda e Luciana Cabral Doneda. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

RODOTÀ, Stefano. *Costruzione del corpo, XXI Secolo*. 2009. Disponível em: <[http://www.treccani.it/enciclopedia/costruzione-del-corpo_\(XXI_Secolo\)/>](http://www.treccani.it/enciclopedia/costruzione-del-corpo_(XXI_Secolo)/>) Acesso em: 01.03.21.

RODOTÀ, Stefano. *Il diritto di avere diritti*. Roma-Bari: Laterza, 2012.

RODOTÀ, Stefano. *Il mondo nella rete: Quali i diritti, quali i vincoli*. Roma: Laterza & Figli – Gruppo Editoriale L'Espresso, 2019.

RODOTÀ, Stefano. Salviamo il corpo. Trecho de discurso proferido em conferência sobre "Transformações do corpo e dignidade da pessoa", Roma, 04 de maio de 2005. Disponível em: <<https://www.privacy.it/archivio/rodo20050504.html>> Acesso em: 02.02.21

RODRIGUES, Alexandre; SANTOS, Priscilla. A ciência que faz você comprar mais. *Galileu*. out. 2012. Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,EMI317687-17579,00-A+CIENCIA+QUE+FAZ+VOCE+COMPRAR+MAIS.html>> Acesso em: 31 maio 2020.

RODRIGUES, Marco Antonio dos Santos; HIBNER, Davi Amaral. Parâmetros para a proteção de dados pessoais em tempos de pandemia. *Revista de Direito e as Novas Tecnologias*, vol. 8/2020, Jul - Set / 2020.

ROTHBARTH, Renata. Monetização de dados de saúde à luz da LGPD: interpretação do artigo 11, §3º. In: DALLARI, Analluza Bolivar; MONACO; Gustavo Ferraz de Campos (Org.). *LGPD na saúde*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

RUARO, Regina Linden; SARLET, Gabrielle Bezerra Sales. O direito fundamental à proteção de dados sensíveis no sistema normativo brasileiro: uma análise acerca das hipóteses de tratamento e da obrigatoriedade do consentimento livre, esclarecido e informado sob o enfoque da lei geral de proteção de dados (LGPD) – Lei 13.709/2018. In: Bruno Bioni, Laura Schertel Mendes, Danilo Doneda, Otavio Luiz Rodrigues Jr., Ingo Wolfgang Sarlet. (Org.). *Tratado de Proteção de dados pessoais*. 1ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. E-book.

SAAVEDRA, Giovanni Agostini. Compliance de dados. In: Bruno Bioni, Laura Schertel Mendes, Danilo Doneda, Otavio Luiz Rodrigues Jr., Ingo Wolfgang Sarlet (Org.). *Tratado de Proteção de dados pessoais*. 1ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021, v. 1.

SARLET, Ingo. Precisamos da previsão de um direito fundamental à proteção de dados no texto da CF? *Conjur*, publicado em 4 de setembro de 2020. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-set-04/direitos-fundamentais-precisamos-previsao-direito-fundamental-protacao-dados-cf>> Acesso em: 26.12.20.

SCHREIBER, Anderson. *Direitos da Personalidade*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SCHULMAN, Gabriel. Tecnologias de telemedicina, Responsabilidade Civil e Dados Sensíveis. O princípio ativo da Proteção de Dados pessoais do paciente e os efeitos colaterais do coronavírus. *Coronavírus e Responsabilidade Civil*. Foco: Indaiatuba, 2020, p. 335-354.

SCHULMAN, Gabriel; CAVET, Caroline Amadori. As violações de dados pessoais na telemedicina: tecnologia, proteção e reparação ao paciente 4.0. In: *Debates Contemporâneos em Direito Médico e da Saúde*. São Paulo, RT, 2020. p. 145-174.

SCHULMAN, Gabriel; PEREIRA, Paula Moura. Futuro da saúde e saúde do futuro: impactos e limites reais da inteligência artificial. In: TEPEDINO, Gustavo; GUIA, Rodrigo da (Org.). *O Direito Civil na era da inteligência artificial*. São Paulo: RT, 2020, p. 165-182.

SIMÃO, Bárbara; FRAGOSO, Nathalie; ROBERTO, Enrico. *Reconhecimento Facial e o Setor Privado: Guia para a adoção de boas práticas*. InternetLab/IDEC, São Paulo, 2020.

SKINNER-THOMPSON, Scott. *Privacy at margins*. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.

SOLOVE, Daniel J. The Myth of the Privacy Paradox (January 29, 2021). 89 *George Washington Law Review* 1 (2021). Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=3536265>> Acesso em: 02.02.21.

SOUZA, Carlos Affonso. Eles sabem quem é você? Entenda o monitoramento de celulares na quarentena. Disponível em: <<https://tecfront.blogosfera.uol.com.br/2020/04/17/eles-sabem-quem-e-voce-entenda-o-monitoramento-de-celulares-na-quarentena/>>. Acesso em: 03.05.20

SOUZA, Carlos Affonso. Segurança e Sigilo dos Dados Pessoais: primeiras impressões à luz da Lei nº 13.709/18. In: Gustavo Tepedino; Ana Frazão; Milena Donato. (Org.). *Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e suas repercussões no Direito brasileiro*. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019, v. 1, p. 417-440.

SOUZA, Carlos Affonso; PADRAO, V. Incidentes de segurança e dever de notificação à luz da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. In: Carlos Affonso Souza; Eduardo Magrani; Priscilla Silva. (Org.). *Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)*. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019, v. 1, p. 213-226.

SOUZA, Carlos Affonso; PADRÃO, Vinicius. Incidentes de segurança e dever de notificação à luz da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. In: SOUZA, Carlos Affonso; MAGRANI, Eduardo; SILVA, Priscilla (coord.). *Caderno Especial: Lei Geral de Proteção de Dados (PGPD)*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

SOUZA, Carlos Affonso; PERRONE, C.; MAGRANI, Eduardo. O Direito à Explicação entre a experiência europeia e a sua posituação na LGPD. *Tratado de Proteção de Dados Pessoais*. 1ed.Rio de Janeiro: Forense, 2020, v. 1, p. 243-270.

SOUZA, Maria de Fátima Marinho de. Dos dados à política: a importância da informação em saúde. *Epidemiol. Serv. Saúde*, Brasília, v.17, n.1, p. 5-6, mar. 2008. Disponível em: <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742008000100001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 jan. 2021.

STEINBERG, Stacey. *Growing Up Shared: How Parents Can Share Smarter on Social Media-and What You Can Do to Keep Your Family Safe in a No-Privacy World*. Sourcebooks, 2020.

SUNDFELD, Philippe; FERNANDES, Maria Luiza. LGPD e UX: um equilíbrio para o consentimento. *Jota*, publicado em 16 de julho de 2021. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/lgpd-e-ux-um-equilibrio-para-o-consentimento-16072021>> Acesso em: 22.07.21

TEFFÉ, Chiara A. Spadaccini de. Brinquedos sexuais e coleta de dados sensíveis: voyeurismo 3.0? *Medium ITS Rio*, maio de 2017. Disponível em: <<https://feed.itsrio.org/brinquedos-sexuais-e-coleta-de-dados-%C3%ADntimos-voyeurismo-3-0-be570007bf1f>> Acesso em 07.03.21

TEFFÉ, Chiara Antonia Spadaccini de. *A tutela da imagem da pessoa humana na internet: da identificação do dano à sua compensação*. 2016. 226 f. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

TEFFÉ, Chiara Spadaccini de. A saúde na sociedade da vigilância: como proteger os dados sensíveis? *Migalhas*. Publicado em: 14 abr. 2020. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/coluna/migalhas-de-vulnerabilidade/324485/a-saude-na-sociedade-da-vigilancia-como-protoger-os-dados-sensiveis>. Acesso em: 31 maio 2020.

TEFFÉ, Chiara Spadaccini de. Dados sensíveis de crianças e adolescentes: aplicação do melhor interesse e tutela integral. In: LATERÇA, Priscilla Silva; FERNANDES, Elora; TEFFÉ, Chiara Spadaccini de; BRANCO, Sérgio (Coords.). *Privacidade e Proteção de Dados de Crianças e Adolescentes*. Rio de Janeiro: Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro; Obliq, 2021. E-book.

TEFFÉ, Chiara Spadaccini de. Desafio da Baleia Azul: o que se sabe até agora. *ITS FEED*, 25 abr. 2017. Disponível em: <<https://feed.itsrio.org/desafio-da-baleia-azul-o-que-se-sabe-at%C3%A9-agora-b4b85ae77a56>> Acesso em 04.06.21.

TEFFÉ, Chiara Spadaccini de. Exposição não consentida de imagens íntimas: como o Direito pode proteger as mulheres? In: Nelson Rosenvald; Rafael Dresch; Tula Wesendonck (Org.). *Responsabilidade civil: novos riscos*. 1ed.Indaiatuba: Foco, 2019. p. 91-113.

TEFFÉ, Chiara Spadaccini de. LGPD em programas de compliance: vantagem competitiva e aderência às práticas ESG. *Jota*, publicado em 10 de junho de 2021. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/lgpd-em-programas-de-compliance-vantagem-competitiva-e-aderencia-as-praticas-esg-10062021>> Acesso em: 11.06.21

TEFFÉ, Chiara Spadaccini de. Proteção de dados de crianças e adolescentes. *Revista do Advogado*, v. 39, 2019.

TEFFÉ, Chiara Spadaccini de. Proteção de dados pessoais na Rede: resenha à obra “A internet das coisas”, de Eduardo Magrani. *Civilistica.com*. Rio de Janeiro, a. 7, n. 1, 2018. Disponível em: <<http://civilistica.com/protecao-de-dados-pessoais-na-rede/>>. Data de acesso: 02.11.20

TEFFÉ, Chiara Spadaccini de; ALMEIDA, J. Humor e responsabilidade na Internet. In: Guilherme Martins; Nelson Rosenvald. (Org.). *Responsabilidade civil e novas tecnologias*. 1ed.Indaiatuba: FOCO, 2020, p. 125-144.

TEFFÉ, Chiara Spadaccini de; FERNANDES, Elora. Contratação em redes sociais e proteção de dados de crianças e adolescentes. In: ROQUE, André Vasconcelos; OLIVA, Milena Donato. *Direito na era digital: aspectos negociais, processuais e registrais*. Salvador: Juspodivm, 2022. p.97-122.

TEFFÉ, Chiara Spadaccini de; FERNANDES, Elora. Tratamento de dados sensíveis por tecnologias de reconhecimento facial: proteção e limites. In: Gustavo Tepedino, Rodrigo da Guia Silva. (Org.). *O Direito Civil na Era da Inteligência Artificial*. 1ed.São Paulo: Editora do Tribunais, 2020, v. 1, p. 283-310.

TEFFÉ, Chiara Spadaccini de; MAGRANI, E.; STEIBEL, F. Juguetes conectados y tutela de la privacidad de niños y adolescentes: explorando beneficios y desafíos. In: Lionel Ricardo Brossi Garavaglia; Tomás Dodds Rojas; Ezequiel Passeron (Org.). *Inteligencia artificial y bienestar de las juventudes en América Latina*. Santiago: LOM ediciones, 2019, v. 1, p. 197-202.

TEFFÉ, Chiara Spadaccini de; MEDON, Filipe. responsabilidade civil e regulação de novas tecnologias: questões acerca da utilização de inteligência artificial na tomada de decisões empresariais. *Revista estudos institucionais*, v. 6, p. 301-333, 2020.

TEFFÉ, Chiara Spadaccini de; MORAES, Maria Celina Bodin de. Redes sociais virtuais: privacidade e responsabilidade civil: análise a partir do Marco Civil da Internet. *Pensar*, Fortaleza, v. 22, n. 1, p. 108-146, jan./abr. 2017.

TEFFÉ, Chiara Spadaccini de; SOUZA, Carlos Affonso. Infância conectada: direitos e educação digital. In: Comitê Gestor da Internet no Brasil. (Org.). *Pesquisa sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil: TIC kids online Brasil 2017*. 1ed.São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2018, v. 1, p. 31-40.

TEFFÉ, Chiara Spadaccini de; VIOLA, M. Tratamento de dados pessoais na LGPD: estudo sobre as bases legais. *Civilistica.com*, v. 9, p. 1-38, 2020.

TEFFÉ, Chiara Spadaccini de; VIOLA, Mario. *Proposta para a criação da Autoridade Brasileira de Proteção aos Dados Pessoais*. Rio de Janeiro: ITS Rio, 2018.

TEFFÉ, Chiara Spadaccini de; VIOLA, Mario. Tratamento de dados pessoais na LGPD: estudo sobre as bases legais dos artigos 7º e 11. In: BIONI, Bruno; DONEDA, Danilo; SARLET, Ingo Wolfgang; SCHERTEL, Laura; JUNIOR, Otavio Luiz Rodrigues

(Coord.). *Tratado de Proteção de Dados Pessoais*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2021.

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; RETTORE, Anna Cristina de Carvalho. O princípio do melhor interesse no ambiente digital. In: LATERÇA, Priscilla Silva; FERNANDES, Elora; TEFFÉ, Chiara Spadaccini de; BRANCO, Sérgio (Coords.). *Privacidade e Proteção de Dados de Crianças e Adolescentes*. Rio de Janeiro: Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro; Obliq, 2021. Edição do Kindle.

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; RETTORE, Anna Cristina de Carvalho. A autoridade parental e o tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes. In: TEPEDINO, Gustavo; FRAZÃO, Ana; OLIVA, Milena Donato. *Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e suas repercussões no direito brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

TELFORD, Taylor. Apple Card algorithm sparks gender bias allegations against Goldman Sachs. *Washington Post*, 11.11.2019. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/business/2019/11/11/apple-card-algorithm-sparks-gender-bias-allegations-against-goldman-sachs/>>. Acesso em: 26.11.2020.

TEPEDINO, Gustavo; OLIVA, Milena Donato. Tratamento de dados de crianças e adolescentes na LGPD e o sistema de incapacidades do Código Civil. In: LATERÇA, Priscilla Silva; FERNANDES, Elora; TEFFÉ, Chiara Spadaccini de; BRANCO, Sérgio (Coords.). *Privacidade e Proteção de Dados de Crianças e Adolescentes*. Rio de Janeiro: Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro; Obliq, 2021. Edição do Kindle.

TEPEDINO, Gustavo; SILVA, Rodrigo da Guia (Org.). *O Direito Civil na era da inteligência artificial*. 1. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020. v. 1. 800p.

TEPEDINO, Gustavo; TEFFÉ, Chiara Spadaccini de. O consentimento na circulação de dados pessoais. *Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil*, Belo Horizonte, v. 25, p. 83-116, jul./set. 2020.

TEPEDINO, Gustavo; TEFFÉ, Chiara Spadaccini de. O consentimento na circulação de dados pessoais. *Revista Brasileira De Direito Civil*, v. 25, p. 83-116, 2020.p.109-110

THALER, Richard H.; SUNSTEIN, Cass R. *Nudge: Improving Decisions about Health, Wealth and Happiness*. New Haven: Yale University Press, 2008.

TIC KIDS ONLINE BRASIL 2019. Resumo Executivo - Pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil. Novembro de 2020. p.04. Disponível em: <<https://cetic.br/pt/publicacao/resumo-executivo-pesquisa-sobre-o-uso-da-internet-por-criancas-e-adolescentes-no-brasil-tic-kids-online-brasil-2019/>> Acesso em: 05.06.21

TOPOL, Eric. High-performance medicine: the convergence of human and artificial intelligence. *Nature Medicine*, v. 25, p. 44-56, jan. 2019.

TORQUATO-DE-OLIVEIRA-NAVES, Bruno; GOIATA, Sarah Rêgo. Direitos Humanos, patrimônio genético e dados genéticos humanos: crítica à doutrina dos dados genéticos como interesse difuso. *Rev. Bioética y Derecho*, Barcelona, n. 40, p. 63-81, 2017. Disponível em: <http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1886-58872017000200006&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 03.03. 2021.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. *10 passos para a boa gestão de riscos*. Brasília: TCU, Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo (Semec), 2018.

U.S. DEPARTMENT OF JUSTICE CYBERSECURITY UNIT. *Best Practices for Victim Response and Reporting of Cyber Incidents*. Version 2.0 (September 2018).

USTARAN, Eduardo. *European Data Protection Law and Practice*. Portsmouth: IAPP, 2018.

VAN DER HOF, Simone; LIEVENS, Eva. The Importance of Privacy by Design and Data Protection Impact Assessments in Strengthening Protection of Children's Personal Data under the GDPR. *Communications law*, edited by Paul Wragg, vol. 23, n. 1, 2018, p. 33-43. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=3107660>> Acesso em: 04.08.21.

VARON, Joana. Entrevista II. *Panorama Setorial da Internet*, v. 11, n. 2, p. 12-14, 2019. Privacidade e dados pessoais. Disponível em: <https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/6/15122520190717-panorama_setorial_ano-xi_n_2_privacidade_e_dados_pessoais.pdf> Acesso em: 31 maio 2020

VEMOU, Konstantina; HORVATH, Anna. TechDispatch #1/2021 - Facial Emotion Recognition. Publicado em 26 de maio de 2021. Disponível em: <https://edps.europa.eu/data-protection/our-work/publications/techdispatch/techdispatch-12021-facial-emotion-recognition_en> Acesso em: 05.08.21.

VENTRE, Giovanna; CASTELLANO, Ana Carolina Heringer. O dilema do consentimento e a sobrecarga informacional. Jota, publicado em 28 de julho de 2021. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/dilema-consentimento-sobrecarga-informacional-lgpd-28072021>> Acesso em: 28.07.21

VIANA, Marcio Túlio. Os dois modos de discriminar e o futuro do Direito do Trabalho. In: RENAULT, Luiz Otávio Linhares. VIANA, Márcio Tulio (coord). *Discriminação: estudos*. São Paulo: LTr, 2000. p. 321-328.

_____. A proteção trabalhista contra atos discriminatórios (análise da Lei 9.029/95). In: RENAULT, Luiz Otávio Linhares. VIANA, Márcio Tulio (coord). *Discriminação: estudos*. São Paulo: LTr, 2000. p. 354-367.

VICENT, James. California bans 'dark patterns' that trick users into giving away their personal data. *The Verge*, 16 de mar. de 2021. Disponível em: <

<https://www.theverge.com/2021/3/16/22333506/california-bans-dark-patterns-opt-out-selling-data>>. Acesso em: 03 de jul. de 2021.

VOIGT, Paul; BUSSCHE, Axel von dem. *The EU General Data Protection Regulation (GDPR). A Practical Guide*. Springer, 2017.

WANG, Y.; KOSINSKI, M. Deep neural networks are more accurate than humans at detecting sexual orientation from facial images. Disponível em: <psyarxiv.com/hv28a> Acesso: 02.11.20.

WARREN, Samuel D.; BRANDEIS, Louis D. The Right to Privacy. *Harvard Law Review*. Vol. 4, No. 5 (Dec. 15, 1890), p. 193-220.

WEN, Chao Lung. Instituto de Estudos de Saúde Suplementar: Telemedicina do presente para o ecossistema de saúde conectada 5.0. Disponível em: <https://www.iess.org.br/cms/rep/Telemedicina_Chao.pdf> Acesso em: 26 fev. 21.

WIMMER, Miriam. O regime jurídico do tratamento de dados pessoais pelo poder público. In: Bruno Bioni, Laura Schertel Mendes, Danilo Doneda, Otavio Luiz Rodrigues Jr., Ingo Wolfgang Sarlet. (Org.). *Tratado de Proteção de dados pessoais*. 1ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. E-book.

WU, Tim. *The Attention Merchants: The Epic Scramble to Get Inside Our Heads*. Knopf, 2016.

YUDELL, Michael; ROBERTS, Dorothy; DESALLE, Rob; TISHKOFF, Sarah. Taking race out of human genetics. *Science*, Vol. 351, edição 6273, fev. 2016, p. 564-565. Disponível em: <<https://science.sciencemag.org/content/351/6273/564>> Acesso em: 29.03.21

ZANATTA, Rafael A. F. *Perfilização, Discriminação e Direitos: do Código de Defesa do Consumidor à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais*. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/331287708>> Acesso em: 09.01.21.

ZANATTA, Rafael. A tutela coletiva na proteção de dados pessoais. *Revista do Advogado*, São Paulo, a.39, n.144, nov. 2019, p.201-208.

ZANGEROLAME, Flávia; ALMEIDA, Vitor. A seletividade sexual e a intolerância à diversidade: a silenciosa discriminação cotidiana como dano injusto, migalhas, 5 de julho de 2021. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/coluna/migalhas-de-vulnerabilidade/348038/a-seletividade-sexual-e-a-intolerancia-a-diversidade>> Acesso em: 06.07.21

ZUBOFF, Shoshana. *The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power*. 1.ed. PublicAffairs: 2019.

WACHTER, Sandra; MITTELSTADT, Brent. A right to reasonable inferences: rethinking data protection law in the age of big data and AI. *Columbia Business Law Review*, vol. 2019, Issue 1. p.01-130.

5 RIGHTS FOUNDATION. But how do they know it is a child? Age Assurance in the Digital World. Março de 2021. Disponível: <<https://5rightsfoundation.com/in-action/but-how-do-they-know-it-is-a-child-age-assurance-in-the-digital-world.html>> Acesso em: 11.06.21.